

# Corte vai de remédio a fralda geriátrica

— Redução de R\$ 1,2 bi em programa, em favor do orçamento secreto, restringe acesso a medicamentos gratuitos ou mais baratos e deve pressionar o SUS, afirma associação

ADRIANA FERNANDES  
BRASÍLIA

O corte de 60% de recursos no Orçamento de 2023 para a gratuidade de medicamentos da Farmácia Popular vai restringir o acesso da população a 13 tipos de princípios ativos de remédios usados no tratamento de doenças como diabetes, hipertensão e asma, segundo avaliação da PróGenéricos, associação que reúne os principais laboratórios do País. Os produtos da Farmácia Popular são destinados ao tratamento das doenças que mais acometem a população (veja quadro).

Como revelou o Estadão, o governo Jair Bolsonaro, ao enviar o projeto de Orçamento de 2023, passou a tesoura no programa para abrir espaço ao orçamento secreto. A verba para os medicamentos gratuitos caiu de R\$ 2,04 bilhões, no Orçamento de 2022, para R\$ 804 milhões no projeto de 2023 – enviado ao Congresso no fim de agosto. Um corte de R\$ 1,2 bilhão.

Os princípios ativos são moléculas de uma substância que têm efeito terapêutico. Eles ficaram mais conhecidos com a chegada dos medicamentos genéricos, que recebem o nome da molécula. A presidente da PróGenéricos, Telma Salles, diz que vê com preocupação o corte dos investimentos e a pressão maior sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) com o esvaziamento da gratuidade da Farmácia Popular.

Segunda ela, o corte vai impedir o acesso de novas pessoas aos medicamentos gratuitos e deixar boa parte dos beneficiários sem os remédios. Isso porque são produtos de uso contínuo e, portanto, seu consumo não pode ser abandonado. O resultado, diz, é que elas vão buscar o tratamento no SUS.

“As pessoas vão deixar de ter o produto e utilizar o pouco recurso que têm para passar a comprar o medicamento. Há um desvio de finalidade do recurso de uma população que já é economicamente frágil”, diz a presidente da PróGenéricos.

“A diminuição da possibilidade de alguém se tratar é devastadora sob todas as formas. Há o agravamento da doença e o custo para o próprio SUS. Não me parece ser inteligente porque vão afogar o SUS com doenças que não são tratadas”, critica

Telma, que inicia em Brasília esta semana reuniões com autoridades para tentar ampliar os recursos na votação do Orçamento, depois das eleições.

**APELO AOS CANDIDATOS.** A entidade prepara uma carta para os presidenciáveis, e um dos pontos de alerta é o fortalecimento das farmácias populares. Desde 2016, o governo não corrige o quanto paga pelos produtos. “Para nossa indústria, esse é um programa no qual as empresas têm margem muito pequena.” A indústria tem participado do programa desde 2004.

Além do corte da gratuidade, a modalidade chamada de copagamento – em que o governo paga uma parte; e o beneficiá-

## Itens atingidos

### Os princípios ativos afetados pela decisão

#### ● Medicamentos gratuitos

Para asma: brometo de ipratrópio, dipropionato de beclometsona e sulfato de salbutamol

Para diabetes: cloridrato de metformina – glibenclâmida, insulina humana e insulina humana regular

Para hipertensão: atenolol – captopril, cloridrato de propranolol, hidroclorezida, losartana potássica, maleato de enalapril

#### ● Medicamentos com copagamento

Para anticoncepção: acetato de medroxiprogesterona, etinilestradiol + levonorgestrel, noretisterona e valerato de estradiol – enantato de noretisterona

Para osteoporose:

alendronato de sódio

Para rinite: budesonida

Para doença de Parkinson:

carbidopa + levodopa e

cloridrato de benserazida +

levodopa

Para glaucoma: maleato de

timolol

Para controle do colesterol:

sinvastatina

Para uso diverso: fraldas

geriátricas

rio, a outra – teve um corte de 60% entre 2022 e 2023.

Técnicos do governo na área de saúde ouvidos pelo Estadão, na condição de anonimato, afirmam que o corte de 60% coloca em xeque a própria continuidade da Farmácia Popular, uma política considerada bem-sucedida. Eles lembram que pesquisas mostraram o forte impacto do programa na população de baixa renda e na redução de custos para o SUS. Eles também ressaltam que essa política pública estimulou a concorrência entre os fabricantes.

Procurado, o Ministério da Saúde disse que prepararia uma resposta, não recebida até a conclusão da edição. ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1